



DEMANDA EFETIVA POR ECONOMISTAS NO ESTADO DA BAHIA: uma análise comparativa entre os anos de 2013 e 2014¹

GT – Economia e Desenvolvimento Regional

Midiã Alves Santos²
Maria Érica Pereira de Souza³
Ronisson Lucas Calmon da Conceição⁴
Helga Dulce Bispo Passos⁵
Carlos Eduardo Ribeiro Santos⁶

RESUMO

Embora possa se ajuizar algo acerca da demanda por economistas, a falta de dados sistematizados e estudos a respeito em diversos âmbitos regionais no país impede uma melhor compreensão sobre o comportamento desse mercado. Assim, propôs-se suprir parte dessa lacuna contextualizando e analisando a procura efetiva pelo profissional de economia na Bahia, comparativamente, entre os anos de 2013 e 2014. Amparou-se na legislação nacional que delinea as diferentes áreas de atuação desse profissional. Adotaram-se os métodos exploratório, observacional e comparativo, a pesquisa documental de dados primários e a análise estatístico-descritiva. Em termos de volume não houve alteração relevante das vagas entre os anos de 2013 e 2014. Não obstante, a composição tipológica da oferta no período mostrou-se bastante distinta, de modo que em 2013 a maior parcela das vagas era oriunda da iniciativa privada (58%), e em 2014 pouco mais de 88% das vagas foram da iniciativa pública. O principal segmento demandador foi o de serviços e as vagas com maiores remunerações não exigiam apenas a formação em economia. Sobre a exigência do registro no conselho profissional, houve um incremento desta ocorrência em 2014 em relação a 2013. Verificou-se ainda uma concentração da demanda na capital baiana e na Região Metropolitana. Concluiu-se que para o período analisado o setor público foi o principal demandante de economistas na Bahia. Novas pesquisas sobre a temática são também importantes para a verificação da existência de relações entre as vagas e variáveis macroeconômicas, assim como outras informações desse mercado.

Palavras-chave: Bahia. Mercado de trabalho. Economistas.

¹ Pesquisa realizada com suporte financeiro parcial do DCEC/UESC, via recursos do projeto de extensão Programa de Apoio aos Egressos de Economia (PAECE) da UESC.

² Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PROEX/UESC. e-mail: midi-alves@hotmail.com.

³ Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PROEX/UESC. e-mail: ericakalou@hotmail.com.

⁴ Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PROEX/UESC. e-mail: ronissonlucas@hotmail.com.br.

⁵ Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UESC). Professora do DCEC/UESC. e-mail: hdbpassos@uesc.br.

⁶ M.Sc. em Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (UNEB). Professor do DCEC/UESC. e-mail: cersantos@uesc.br



1 INTRODUÇÃO

No Brasil a profissão do economista foi regularizada pela Lei nº 1.411, em 13 de agosto de 1951, e do Decreto nº 31.794/52. A partir dessa legislação o profissional economista passou a ocupar no mercado de trabalho uma posição até então exercida por advogados e engenheiros. A atuação deste profissional adquire, assim, legitimidade no ordenamento jurídico nacional através da regulamentação do exercício profissional, passando a ter delineadas as diversas áreas de atuação e atividades cabíveis a sua esfera de ação.

Os reflexos práticos da supracitada legislação são percebidos com o incremento da demanda por economistas a partir da década de 1950, mormente pelo setor público. Nesse contexto, destaca-se a criação da Assessoria Econômica do Governo Vargas, sob a incumbência do economista Rômulo Almeida. Posteriormente, no governo JK, outra importante participação desse profissional foi o Plano Nacional de Desenvolvimento, ou Plano de Metas, elaborado por uma equipe de economistas oriundos da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁷ e do Itamaraty. Salienta-se ainda a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), liderada por Celso Furtado (MAGALHÃES, 2011). Assim, diante deste cenário, a inserção deste profissional na esfera governamental ascende, o que só é possível devido a sua sólida formação em macroeconomia, política e programação econômica.

Este contexto refletiu-se diretamente na oferta de vagas no Ensino Superior, através do aumento da procura por cursos de Ciências Econômicas. Entretanto, a partir das décadas de 80 e 90 este cenário modifica-se para uma trajetória descendente da curva de oferta de empregos para economistas. Tal fenômeno pode ser compreendido através da conjuntura da economia brasileira, caracterizada pela estagnação econômica e pelo processo inflacionário, e a conseqüente inconsistência do arcabouço teórico-quantitativo do economista em obter respostas e soluções exequíveis para as problemáticas socioeconômicas contemporâneas (CASTRO, 2001; MENDONÇA, 2010; MAGALHÃES, 2011).

Adicionadas a essas questões observam-se também a percepção e as dúvidas dos atuais e futuros profissionais economistas acerca do seu mercado de trabalho, sobretudo quando se

⁷ Que por meio do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982 passa a denominar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BRASIL, 1982).



trata de regiões econômicas que não se constituem num dos principais centros da dinâmica econômica do país⁸, como o Nordeste e a Bahia. Os questionamentos então emergem: há mercado para o economista no Estado e no interior deste? Qual a amplitude desse mercado? Quais segmentos têm mais demandado esse profissional? Por quanto estão dispostos remunerar a mão de obra do economista? Para quais tipos de atividades, funções estão ofertando vagas para esse profissional?

Assim, a importância do presente estudo reside não apenas na relevância da temática enquanto uma variante das discussões relativas ao mercado de trabalho, mas, sobretudo, porque: não há dados nem estudos sistematizados que revelem como se comporta ou tem se comportado o mercado para esse profissional, nem no âmbito nacional, nem estadual, de modo que se faz algum juízo a respeito, mas não se tem a certeza das respostas para os questionamentos acima e outros correlatos; as especificidades da profissão⁹ assim como da área de estudo escolhidas tornam mais restritos os instrumentos para a obtenção das informações desse mercado, tornando o levantamento das informações mais laborioso; as informações possibilitarão uma melhor compreensão sobre esse mercado, como também subsídios para o planejamento por parte de profissionais, de entidades de classe dos economistas atuantes na região e no país, de Instituições de Ensino da Bahia que possuem cursos de graduação na área e demais interessados; e, por fim, a pesquisa pode estimular o desenvolvimento de outros estudos na área e para outras profissões.

Diante de tais considerações e questionamentos referentes à demanda por economistas, contextualiza e analisa-se a procura efetiva pelo profissional de economia no Estado da Bahia comparativamente para os anos de 2013 e 2014.

2 ÁREA DE ATUAÇÃO E ATIVIDADES DO ECONOMISTA

A profissão do economista foi regulamentada no ano de 1951, sendo apresentada a delimitação do mercado de trabalho de acordo com as áreas de atuação e atividades exercidas. O economista pode exercer suas atividades em instituições públicas, privadas ou mistas, ou

⁸ Referimo-nos aqui ao Sudeste e Centro-Oeste, que reúnem o maior volume e dinamicidade econômica do país.

⁹ Além de se tratar de uma única profissão, a mesma diferencia-se significativamente da maioria das profissões que compõem estudos de emprego e desemprego, posto que as atividades do economista reúnem funções estratégicas, de planejamento, de auxílio à tomada de decisão, avaliação, dentre outras dessa ordem, ou seja, não se trata de cargos operacionais.



por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico. Quanto às áreas de atuação, apresentam-se algumas de modo sucinto, conforme aponta o Conselho Federal de Economia (COFECON, 2015):

- A. Perícias judiciais e extrajudiciais:** na perícia econômica o profissional utiliza cálculos financeiros para liquidação de sentenças, além de diversos fins no processo judicial.
- B. Avaliações:** são realizadas fixações do valor de um bem ou de um direito a partir da aplicação de critérios técnicos de natureza econômica e financeira.
- C. Auditoria:** são consideradas auditorias de gestão, operacional, de informática, e ainda aquelas que envolvam aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais, nos setores público e privado.
- D. Planejamento, projeção e análise econômico-financeira de investimentos e financiamentos de qualquer natureza:** são realizados estudos de implantação, localização, dimensionamento alocação de fatores, análise e pesquisa de mercado; viabilidade econômica, otimização, apuração de lucratividade, rentabilidade, liquidez e demonstrativo de resultados.
- E. Estudos, análises e pareceres pertinentes a Macro e Micro Economia:** são realizadas análises em projetos, acordos, tratados, contas nacionais, produto e rendas nacionais, renda familiar e “Per Capita”, Política Econômico Financeira nos setores primário, secundário e terciário.
- F. Magistério:** é atribuído ao profissional o magistério das disciplinas compreendidas no campo das Ciências Econômicas, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação, bem como a participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos às Ciências Econômicas.
- G. Analista de Relações Internacionais:** criação, elaboração, análise de planos e programas internacionais de comércio e cooperação; realização de estudos específicos de relações econômicas internacionais; acompanhamento das relações econômicas e do comércio internacional entre empresas públicas e privadas.
- H. A dimensão socioeconômica das políticas urbanas:** ao economista cabem as atividades técnicas de análise, formulação e implementação da política urbana nos seus aspectos socioeconômicos, em particular no que tange às diretrizes e instrumentos de política urbana.





- I. Economia mineral:** nessa área o instrumental de análise e avaliação econômica e financeira é aplicado à indústria de mineração.

3 METODOLOGIA

Para cumprimento do objetivo proposto adotaram-se os métodos exploratório e comparativo. Quanto à coleta, organização, descrição, interpretação e análise dos dados, o método de pesquisa utilizado foi o estatístico descritivo.

Para a escolha das fontes de informação consideraram-se aquelas por meio das quais os profissionais de economia mais facilmente acessariam e consultariam em busca de oferta de vagas para sua categoria, posto que a proposta era se aproximar da realidade acerca do mercado de trabalho que pode ser percebida por estes. Nesse sentido definiu-se, num primeiro momento, por coletar os dados sobre a demanda do economista em jornais de ampla circulação no Estado, em sites especializados em concursos, e em sites do Conselho Regional e Federal de Economia. Após analisar essas fontes, verificando a disponibilidade, frequência, padrão e características dos dados, observou-se que:

- os jornais mais importantes e de ampla circulação no Estado são o A Tarde e o Correio da Bahia. O primeiro divulga as vagas enquanto fluxo e apresenta caderno e dia da semana específicos para a divulgação das mesmas, enquanto que o segundo divulga as vagas na condição de estoque¹⁰ e não apresenta caderno e dia da semana específicos para a divulgação. O Correio da Bahia em diversas situações também apresentou menos dados acerca das variáveis observadas;
- sobre os jornais de cidades do interior do Estado (focou-se em Ilhéus e Itabuna), constatou-se falta de um padrão nas informações, além das mesmas serem espaçadas e, quando ocorriam, referirem-se basicamente a funções operacionais que não correspondiam à atividades do economista;
- quanto aos sites especializados em concursos, identificou-se um que sempre reúne as informações de concursos em todo o país, classificando-os inclusive por região e estado;

¹⁰ Na condição de estoque as vagas são divulgadas continuamente até que sejam preenchidas, enquanto que na condição de fluxo as vagas são divulgadas apenas no momento que surgem.



- já os sites dos Conselhos, além de apresentarem poucas informações não traziam informações diferentes das que se conseguia nos jornais e nos sites de concurso.

Diante de tal panorama, adotou-se como fonte de pesquisa o jornal A Tarde, que possui uma abrangência estadual, retratando também ocorrências e notícias do interior, e o site PCI Concursos, que é especializado em divulgar editais de concursos e seleções públicas. Foram consideradas as vagas disponibilizadas para o profissional economista, ou aquelas que mesmo não sendo exclusivas para o profissional pudessem ser preenchidas por este. Nesses termos, a pesquisa classifica-se como documental, com uso de dados primários.

Após essa coleta, os dados encontrados foram tabulados no *software* Excel e apresentados em forma de gráficos e tabelas.

As principais variáveis consideradas na pesquisa foram: número de vagas para economistas; setores econômicos demandantes; segmentos demandantes; a tipologia das instituições/empresas demandantes; a distribuição geográfica das vagas; a exigência da inscrição no Conselho profissional; o valor da remuneração da vaga e; as principais exigências para ocupação do cargo ofertado. Para a categorização dos segmentos econômicos, utilizou-se a Classificação de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)¹¹ do IBGE.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificou-se uma oferta total de 109 vagas no ano de 2014, mostrando-se estável quando equiparada ao ano anterior, 2013, cujo total de vagas foi de 110. Embora o volume de vagas entre 2013 e 2014 não tenha apresentado variação considerável, a composição das mesmas quanto a sua tipologia revelou resultados bastante distintos. Enquanto em 2013 menos de 42% das vagas foram de concursos públicos, e aproximadamente 58% de empregos, em 2014 esse quadro se altera consideravelmente, de modo que mais de 88% das oportunidades de trabalho foram de concursos públicos e menos de 12% de empregos, como demonstra a Tabela 1.

¹¹ Classifica as unidades de produção, de acordo com a atividade que desenvolvem, em categorias definidas como segmentos homogêneos principalmente quanto à similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos) e, em alguns casos, quanto às características dos bens e serviços ou, ainda, à finalidade de uso dos bens e serviços (CONCLA/CNAE/IBGE, 2007, s.p.).



Tabela 1 – Oferta de vagas para atividades relativas ao economista no estado da Bahia em 2013 e 2014, segundo o tipo de vaga

Tipo de vaga	Vagas				Var. % por tipo de vaga 2014/2013
	2013		2014		
	Nº	%	Nº	%	
Concurso Público ¹	46	41,82	96	88,07	108,70
Emprego ²	64	58,18	13	11,93	- 79,67
Total geral	110	100,00	109	100,00	

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.

Nota: Não foram consideradas as vagas destinadas à formação de cadastro de reserva.

- (1) Inclui vagas na modalidade de Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), no qual ocorre a contratação de pessoal por tempo determinado e sob regime de direito administrativo. Entretanto, esse tipo de ocorrência se dá apenas no ano de 2013.
- (2) Nos casos de ocorrências de emprego nas quais não foram informadas o número de vagas ofertadas considerou-se uma vaga para cada ocorrência. Em 2013 foram quatro ocorrências desse tipo e em 2014 todos os casos de emprego, 13 vagas portanto, não foram informadas o número de vagas ofertadas.

Observa-se, assim, que o volume de vagas de concursos públicos apresentou um crescimento de mais de 108% no ano de 2014 em relação ao ano anterior, enquanto que o total de vagas de emprego teve uma redução de quase 80% comparativamente entre esses dois anos.

Ressalta-se que as vagas de concursos públicos são aquelas em que o regime de contratação é o estatutário, enquanto as intituladas de empregos o regime é o celetista. Sendo importante registrar que as vagas para emprego, comparativamente àquelas de concursos, representam contratações de cunho mais imediato, assim como são mais elásticas às flutuações econômicas.

Observando então as flutuações econômicas do país e da Bahia para o período considerado, verifica-se realmente que no ano de 2013 ambas as economias apontaram crescimento, sendo o que o PIB baiano foi relativamente maior que o nacional, 2,3% e 3,0%, respectivamente (Tabela 2). No ano de 2014 a dinâmica nacional e estadual arrefece e declina, alcançando taxa quase nula (0,1%) e de 1,5%, nesta ordem.

É importante ressaltar que setorialmente a agropecuária foi a principal responsável pelo resultado nacional em 2013, com 7,0% de crescimento, embora os três setores tenham mostrado taxas positivas. Diferentemente, no Estado, os setores industrial e de serviços (respectivamente com 4,2% e 2,5%) foram os que permitiram que a Bahia atingisse a referida taxa em 2013, enquanto a agropecuária mostrou elevado desempenho negativo (-3,9%).



Para o ano de 2014, a tendência à estagnação dos setores agropecuário e de serviços, somada ao declínio do industrial, leva o Brasil ao citado resultado ruim. Já o resultado da Bahia foi alcançado devido à relevante recuperação do setor agropecuário, da manutenção da taxa positiva do setor de serviços, mas também do declínio da indústria.

Tabela 2 – Taxas de crescimento do PIB Setorial e Total do Brasil e da Bahia em 2013 e 2014

Taxas do PIB Setorial e Total	2013		2014	
	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia
Agropecuária	7,0%	-3,9%	0,4%	12,5%
Indústria	1,3%	4,2%	-1,2%	-1,9%
Serviços	2,0%	2,5%	0,7%	1,8%
PIB Total	2,3%	3,0%	0,1%	1,5%

Fonte: Elaborado a partir de dados da SEI (2014; 2015).

Assim, quando se analisam os resultados das vagas para economistas comparativamente com a conjuntura econômica do país, e principalmente da Bahia, ao menos para a parcela de vagas de emprego (mais elástica às flutuações), os dados do PIB total e setorial parecem apontar para uma possível relação direta entre vagas e PIB.

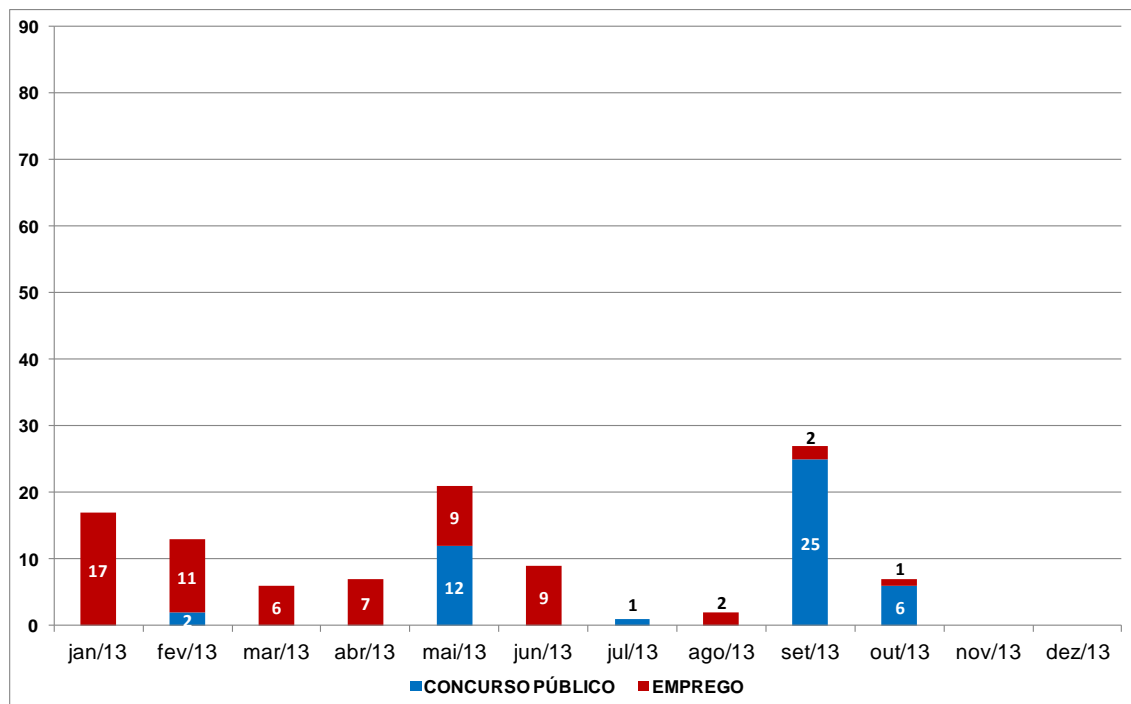
No que se refere à distribuição mensal das vagas, pode-se observar na Figura 1 o volume da demanda por economistas (vagas) em cada mês nos anos considerados, e conforme a classificação quanto a sua tipologia: se pública (concurso) ou não pública (emprego).

Em 2013 o mês de setembro foi o que apresentou destaque, correspondendo a mais de 24% do volume total de vagas ofertadas nesse ano. Na sequência mostraram-se os meses de maio e janeiro, cada um com 19% e 15,4% do total das oportunidades, respectivamente.

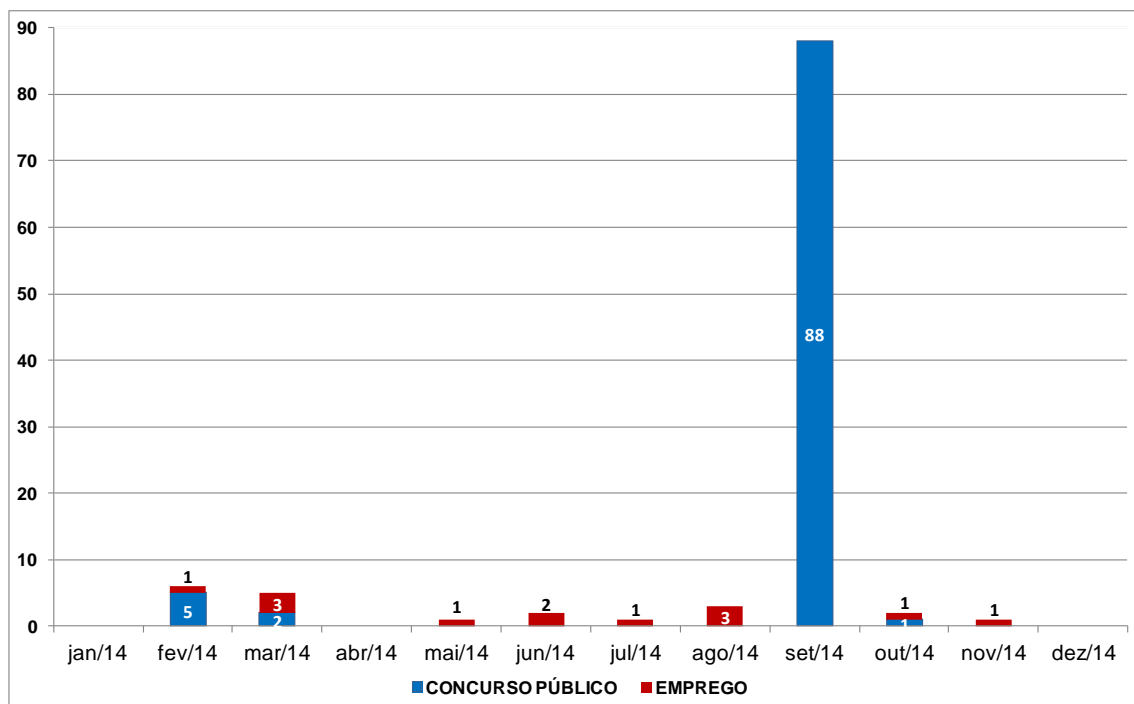
Analisando a demanda por economistas de modo comparado entre os dois anos considerados, verifica-se que a principal diferença entre ambos é que 2013 mostra uma oferta mais distribuída ao longo do ano e com maior incidência de vagas no regime celetista (conforme já apontado). Observa-se, então, que 2014 apresentou claramente uma concentração no mês de setembro (quase 81% do total), o restante das vagas foram distribuídas noutros 8 meses (fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, outubro e novembro).



Figura 1 - Distribuição mensal das vagas de trabalho oferecidas para o economista no estado da Bahia em 2013 (a) e 2014 (b).



(a)



(b)

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.



Acresce-se que em 2014 o maior volume de vagas foi originado por um único concurso público demandado pela prefeitura municipal de Salvador, mais especificamente pela Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE). As vagas foram distribuídas em 4 cargos que poderiam ser ocupados por economistas, sendo eles: analista fazendário (administração tributária), auditor fiscal (administração tributária), auditor fiscal (tecnologia da informação) e auditor interno, cada um com 44, 25, 12 e 7 vagas, respectivamente. Nos demais meses onde houve incidência de vagas, a oferta de empregos esteve presente, destacando-se os meses de março e agosto, com 3 vagas cada.

Em 2013 também incidiu uma oferta conjunta de elevado número de oportunidades via o concurso público do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, no mês de setembro, englobando um total de 25 vagas.

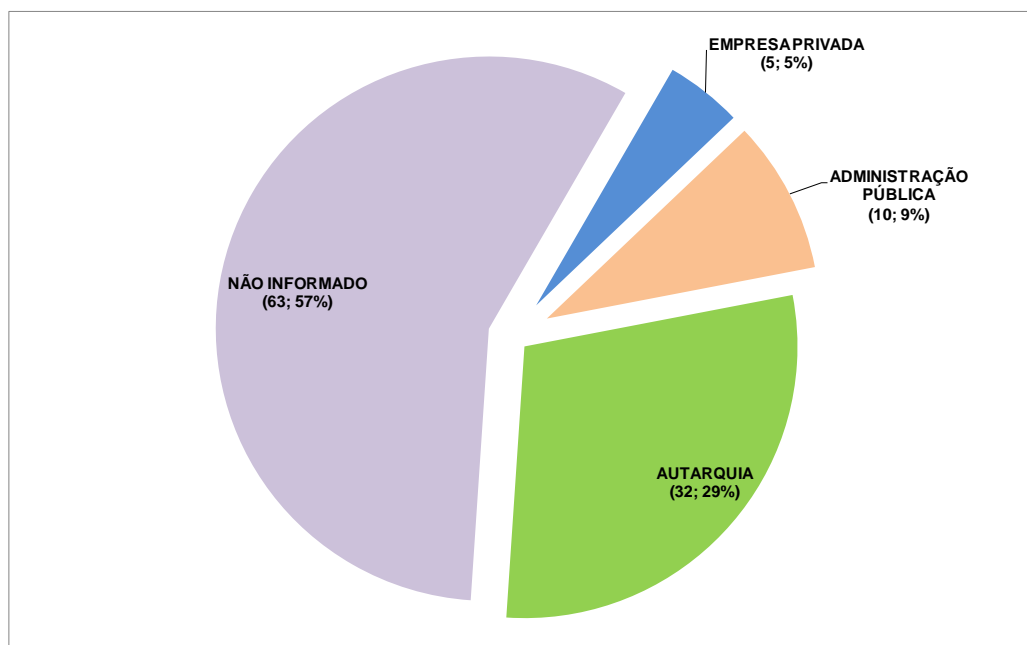
Na Figura 2 apresenta-se o total de vagas conforme o tipo de instituição, para os anos 2013 (a) e 2014 (b). Dentre elas encontram-se: a administração pública; as autarquias (que se constituem em instituições da administração pública indireta); e as empresas privadas.

Quanto a esse aspecto constata-se que, considerando apenas o contingente com informações, a administração pública (direta e indireta) representou o maior volume demandado nos dois anos, apresentando em 2013 e 2014 montantes de 38% e 92% das vagas, nesta ordem. Analisando as categorias isoladamente vê-se que, diferentemente do ano anterior, onde a autarquia teve a maior participação, em 2014 a administração pública direta foi a que abarcou a maior participação nessa categoria.

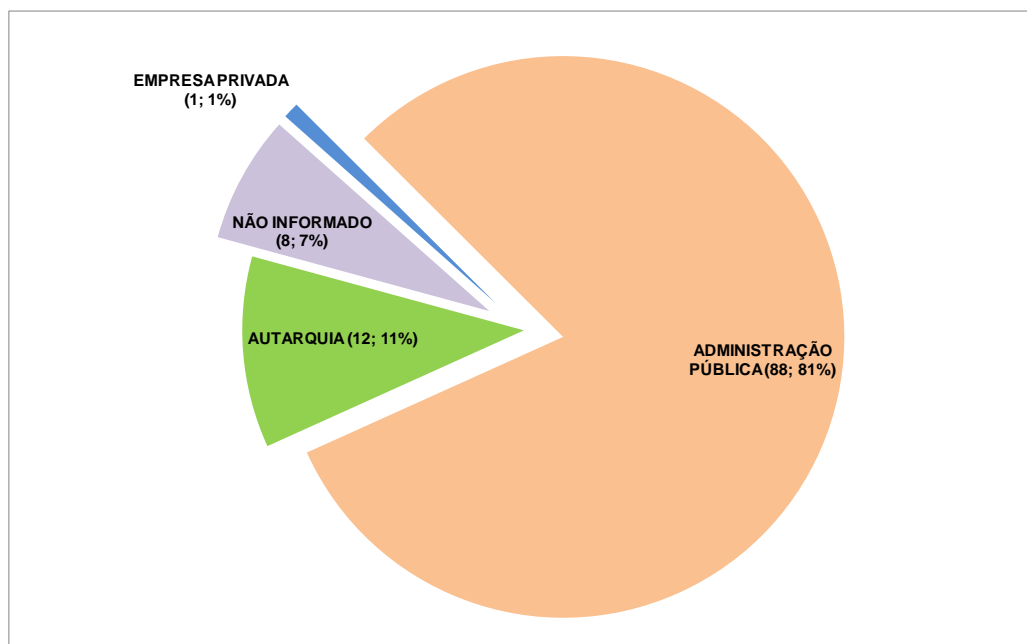
Para o ano de 2014, em 7% do total de vagas a informação quanto à instituição/empresa demandante não foi divulgada. Quantidade bastante inferior quanto à apresentada em 2013, no qual mais da metade do total de vagas não continham essa informação.



Figura 2 – Tipologia das instituições demandantes por profissionais de economia no estado da Bahia em 2013 (a) e 2014 (b).



(a)



(b)

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.

Para a classificação dos segmentos demandantes, utilizou-se o CNAE 2.0 e sua relação com as atividades e áreas afins dos profissionais de Economia. Então, considerando todos os níveis hierárquicos que compõem a CNAE e as informações disponíveis nas fontes de coleta



da pesquisa, identificaram-se no período pesquisado a ocorrência de dois setores econômicos: o industrial e o de serviços (Tabela 3).

Tabela 3 - Oferta de vagas para o economista no estado da Bahia nos anos de 2013 e 2014, segundo o setor e segmentos econômicos

Segmentos por Setor	Vagas			
	2013		2014	
	Nº	%	Nº	%
Indústria	-	-	1	0,92
Transformação	-	-	1	0,92
Serviços	47	42,73	100	91,74
Administração, saúde e educação públicas	41	37,27	100	91,74
Intermediação Financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1	0,91	-	-
Outros serviços	5	4,55	-	-
Não Informado¹	63	57,27	8	7,34
Total geral	110	100,00	109	100,00

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.

(1) Englobam as vagas que não possuíam informações suficientes para a classificação quanto ao setor e segmento da atividade econômica.

Para vagas oferecidas no ano de 2013, apenas o setor de serviços foi representado, contendo uma diversidade de segmentos relacionados. Dentre as categorias de segmentos existentes, a denominada “Administração, saúde e educação pública” foi a que se destacou, com mais de 37% das vagas. No ano de 2014 essa ocorrência se repetiu, contudo, o volume abarcado foi maior, cerca de 92% das vagas foram oferecidas pelo segmento, sendo que a citada categoria foi a única do setor de serviços. Nesse ano também houve a incidência de demandas pelo setor industrial, atingindo quase 1% do total (Tabela 3).

Devido à falta de informações, não foi possível a classificação para mais de 57% das vagas em 2013 e mais de 7% das vagas em 2014.

Na Tabela 4 apresenta-se a distribuição das vagas de acordo com a classe de remuneração e a formação exigida para ocupação das vagas para os anos de 2013 e 2014.



Tabela 4 – Distribuição de vagas para atividades relativas ao economista no estado da Bahia nos anos de 2013 e 2014, segundo a exigência de formação e a classe de remuneração.

EXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO	REMUNERAÇÃO (em mil R\$)					TOTAL DE VAGAS
	Até R\$2,5	Acima de R\$2,5 a R\$5,0	Acima de R\$5,0 a R\$7,5	Acima de R\$ 7,5	Não informado	
Exclusiva em Economia	7	8	-	-	2	17
Economia ou áreas Afins	1	1	1	-	66	69
Economia ou diversas áreas do conhecimento	2	4	7	113	7	133
Total geral	10	13	8	113	75	219

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.

No que se refere ao volume de vagas destinadas exclusivamente ao profissional com formação em Economia (17 vagas no total), em 7 a remuneração não passou de R\$ 2.500,00; em 8 essa remuneração esteve entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00; e para duas vagas não havia informação a respeito.

Em vagas onde para as quais era exigida a formação tanto em Economia quanto em áreas afins¹², 66 não informaram os valores da remuneração; e em apenas três das vagas para essa categoria o valor da remuneração foi apresentado, ficando distribuída uma vaga para cada uma das três primeiras classes de remuneração.

No entanto, a maior concentração das vagas esteve na categoria em que foram exigidos a formação em Economia ou em outro curso das mais diversas áreas do conhecimento¹³. Nesse sentido, observa-se que de um total de 133 vagas para essa classificação, 113 destas ofereceram salários superiores a R\$ 7.500,00; 13 vagas que estiveram abaixo de R\$ 7.500,00; as demais vagas não apresentaram a informação quanto a oferta salarial.

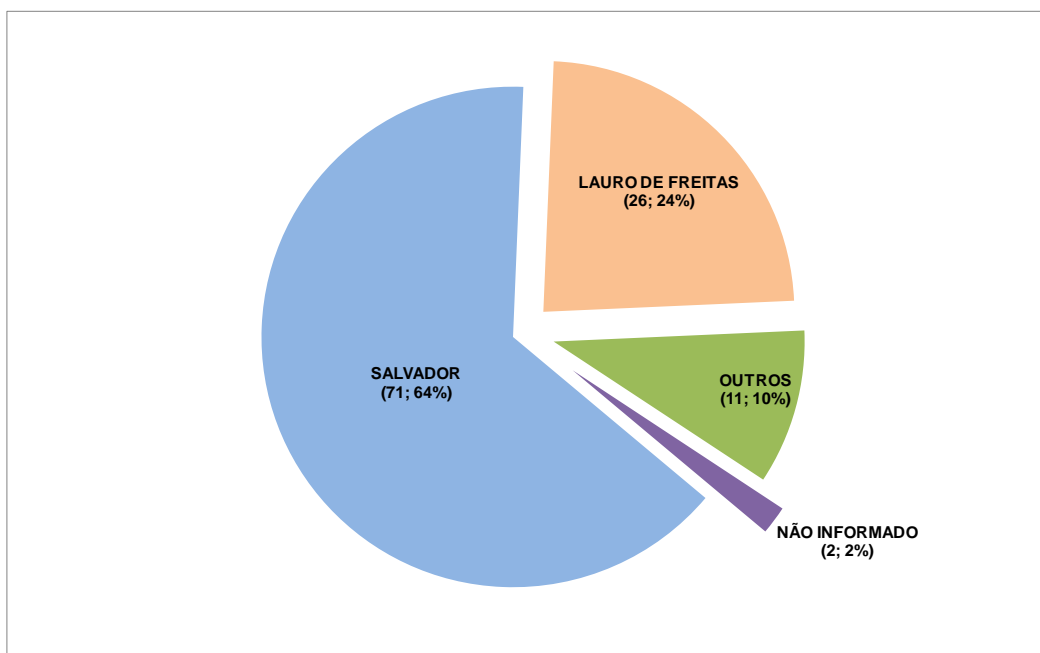
¹² Considerou-se como áreas afins, a formação em Ciências Contábeis e Administração.

¹³ Para essa categoria a exigência era a formação para diversos cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; e Ciências Sociais Aplicadas.

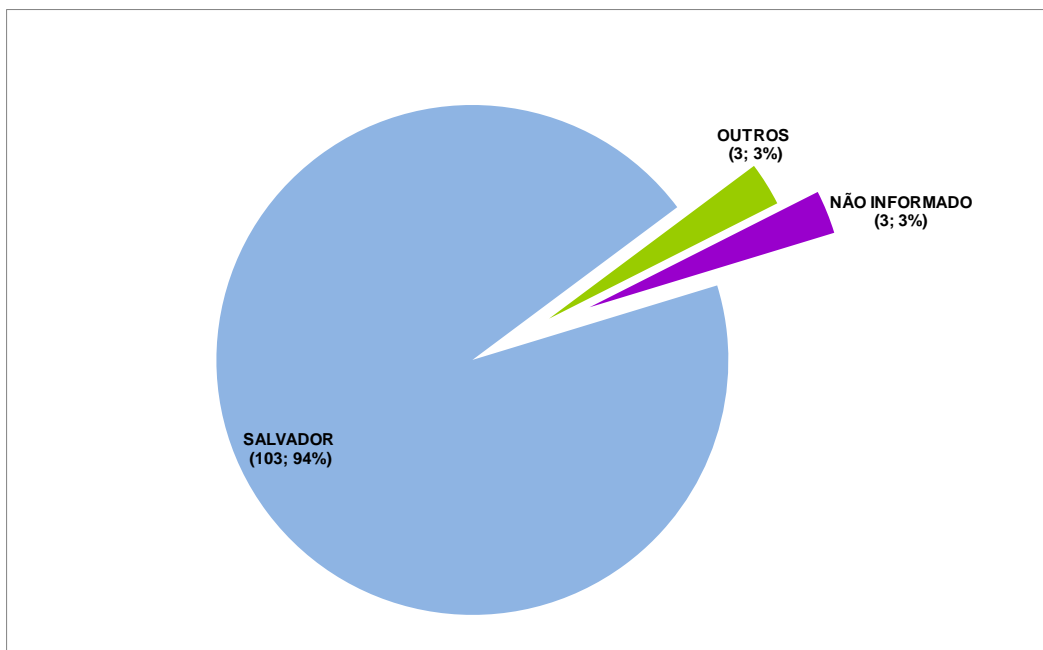


No que diz respeito à localização geográfica das vagas para economistas no estado da Bahia, para ambos os anos verifica-se a concentração destas na capital, Salvador, seguindo a mesma dinâmica econômica do estado (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição das vagas por economistas segundo a localização geográfica no estado da Bahia nos anos de 2013 (a) e 2014 (b).



(a)



(b)

Fonte: Santos et. al (2014) e dados da pesquisa.



Para o ano de 2013, além de grande volume de oportunidades na capital baiana (64%), o município de Lauro de Freitas, que integra a Região Metropolitana de Salvador, englobou também elevado percentual das vagas (24%). Já para o ano de 2014, a capital baiana representou 94% das vagas, enquanto 3% foram oferecidas por outros dois municípios, Juazeiro e Itaguaçu.

Por fim, com respeito ao registro no conselho profissional, aproximadamente 88% das vagas tinham o registro junto ao conselho como pré-requisito para a contratação em 2014, volume maior que o encontrado no ano anterior, onde 42% das vagas continham essa exigência. Ressalta-se que todas estas foram oferecidas por meio de concurso público. Nas demais vagas não se informou a exigência ou não do registro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente os resultados da pesquisa considerados para todo o período (2013-2014) confirmam o setor público como o principal demandante da mão de obra do economista, conforme verificado historicamente, e em termos de segmento, o de serviços. Mas se se considera os anos isoladamente, vê-se que esse comportamento não é uma constante. Ainda sobre isso, é possível que quando a conjuntura econômica mostre resultados mais pujantes isso influencie positivamente na geração de vagas para economistas na iniciativa privada (assim como o inverso seria verdadeiro), posto que essas se mostram mais elásticas a tais flutuações.

Em ambos os anos nenhuma das vagas oferecidas pelo setor privado exigiram o registro do profissional no conselho da classe. Quanto a isso pode-se considerar algumas possibilidades, quais sejam: as empresas no ato da contratação serão responsáveis pelo processo e o custeio do registro (o que é bastante comum); tal exigência seria apresentada em um outro momento que não fosse o da divulgação da vaga; as empresas desconsideraram a exigência legal para a realização das atividades que são privativas do economista; ou as atividades previstas para a vaga, ao menos para algumas, não são fatos geradores de tal exigência legal.



Quanto ao volume de vagas identificado, assim como a distribuição espacial das mesmas (e admitindo que a junção dessas variáveis reflita nas demais), tecem-se duas considerações. A primeira diz respeito à especificidade da tipologia da demanda estudada: trata-se da procura efetiva e não de outra, como a potencial. A demanda efetiva é aquela que efetivamente é exposta no mercado, de modo que pode ser investigada via a observação de fontes que registrem tal procura.

Não obstante, percebe-se com clareza que a sociedade necessita das atividades do economista para outras demandas que não são reveladas ou percebidas facilmente (potenciais, portanto), como por exemplo: gestores municipais que necessitam de orientação para a elaboração e execução de projetos de planejamento e desenvolvimento urbano (e nem sempre o sabem), ou voltada para auditoria fiscal de contas públicas; pequenos e médios empreendedores e empresários cujos negócios necessitam de consultoria econômico-financeira; associações e cooperativas que carecem de profissionais para captar e aprenderem a gerenciar recursos voltados para a ampliação e melhoria das suas atividades; diversidade de ideias e negócios inovadores que precisam de orientação para “saírem do papel” ou para melhorarem sua gestão, dentre tantas outras possibilidades. O estudo, assim, não tem a pretensão de captar essa outra modalidade de demanda, cujas informações também são de extrema relevância para a academia e para ações de política pública.

E a segunda refere-se às fontes de dados escolhidas. Embora se creia que o maior volume de vagas tende a se aglutinar na capital e Região Metropolitana, devido à amplitude e diversidade do mercado, a dinâmica econômica e por essas regiões concentrarem um maior número de empresas e ou seus setores de decisão (o que gera uma maior número de vagas voltadas para as atividades do economista), entende-se que a inclusão de outras fontes, como empresas de seleção e recrutamento de mão de obra, poderiam permitir que se aproximasse mais da realidade desse mercado.

Assim, com base nessas duas considerações pode-se afirmar que o profissional de economia que se limitar a buscar oportunidades em classificados e concursos públicos, ou seja, apenas no que o mercado aparentemente revela, certamente estará restringindo significativamente suas possibilidades de atuação e de contribuição para a sociedade.

Para encerrar, entende-se que o presente estudo cumpre seu propósito enquanto pesquisa exploratória, suscitando novos questionamentos e, conseqüentemente, novas pesquisas, tais como: como se comportou/comporta a demanda por economista num período



maior de tempo? A inclusão de empresas de seleção e recrutamento revelaria a existência de uma demanda maior no interior do Estado? O comportamento do mercado para economista, ao menos da iniciativa privada, segue o padrão do mercado de trabalho do Estado? A realização de pesquisas sobre o tema usando fontes como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED e, ou da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS revelariam informações muito distintas das encontradas neste estudo?

Nesse sentido, espera-se que os dados aqui apresentados não apenas tenham oportunizado uma melhor apreensão sobre o mercado do economista no Estado para os anos analisados, como também estimulem a realização de outras pesquisas que permitam a verificação da existência de relações entre as vagas e variáveis macroeconômicas, ou para identificar outras informações desse mercado e demais aspectos sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982:** Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11940.htm>. Acesso em: Mai. 2015.

CASTRO, N. J. O economista: a história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, 2001.

CNAE. CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. IBGE. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>>. Acesso em: Jun.2015.

COFECON. CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. **Regulamentação Profissional.** 2015. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/2.3.1.pdf>> Acesso em: Jul.2015.

LEI Nº 1.411, DE 13 DE AGOSTO DE 1951. **Dispõe sobre a profissão de Economista.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1411.htm > Acesso em: Jul. 2015.

MAGALHÃES, C. A. F. Algumas causas prováveis da queda da oferta e da demanda pelos cursos de economia no Brasil. In: PIMENTA, L. J; ARAGÃO, F. S. (org.). Reflexões de Economistas Baianos 2011. Salvador: COFECON-BA, 2011.

MENDONÇA, M. P. Economista: realidade profissional e mudanças para melhorar a empregabilidade. **Economistas**, ano II, n.3, p.12-13, 2010.



SANTOS, M. A. et al. Uma contextualização do mercado de trabalho do economista no estado da Bahia em 2013. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA E IV ENCONTRO DO EGRESSOS. **Anais...** Ilhéus, 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Informativo PIB Trimestral. Salvador: SEI, 2014. V. 5, n.4, 9 p. Disponível em: <
http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2014_4.pdf>
Acesso em: Jun. 2015.

_____. Informativo PIB Trimestral. Salvador: SEI, 2013. V. 4, n.4, 8 p. Disponível em: <
http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2013_4.pdf>
Acesso em: Jul. 2015.

